

Multidimensionalidade da pobreza e a Integração de políticas: concepções e metodologias para o desenvolvimento social

Multidimensionality of poverty and policy integration: concepts and methodologies for social development

Adriane Vieira Ferrarini¹

RESUMO

Expressiva parcela de políticas voltadas à superação da pobreza mantêm ações fragmentadas, compensatórias e insuficientes para promover auto-sustentação e autonomia da população excluída, dada a dimensão estrutural e o caráter multidimensional da pobreza no Brasil. Neste trabalho, o desenvolvimento local integrado e sustentável é apresentado como estratégia para superação emancipatória da pobreza. A pesquisa empírica foi realizada no Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas, desenvolvido pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional no Rio Grande do Sul, o qual articulou da problemática ambiental à social e gerou impactos multidimensionais, qualitativamente mensurados em termos de atividades realizadas, objetivos alcançados e competências desenvolvidas. Os resultados demonstraram que a intersetorialidade e o uso de metodologias participativas são características do desenvolvimento local e possibilitam a ativação de potencialidades locais, o aprofundamento da participação da população como co-gestora e a articulação de políticas e programas no território.

Palavras-chave: Pobreza. Questão social. Política pública. Participação.

ABSTRACT

A significant part of policies aimed at overcoming poverty consists of fragmented and compensatory actions that are insufficient to promote self-reliance and empowerment of the excluded population groups, considering the structural dimension and the multidimensional nature of poverty in Brazil. In this paper, integrated and sustainable local development is presented as an emancipatory strategy to overcome poverty. It is based on empirical research on the Integrated Program for the Rehabilitation of Degraded Areas, developed by the State Foundation of Metropolitan and Regional Planning in the State of Rio Grande do Sul. The program articulated the social and environmental problems and generated multidimensional impacts, which are qualitatively measured in terms of activities, objectives and skills. The results show that intersectorality and the use of participatory approaches inherent to local development made it possible to activate local potential, strengthen the people's participation as co-manager and articulate policies and programs in the territory.

Key Words: Poverty. Social question. Public policy. Participation.

¹ Doutora em Sociologia. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

1 INTRODUÇÃO

As promessas não cumpridas da modernidade, da ciência e do capitalismo configuram a questão social contemporânea no mundo globalizado. Por um lado, tais promessas traduzem paradoxos: avanço tecnológico e aumento da pobreza; constituição legal de direitos e impossibilidade prática de garanti-los. Por outro lado, a questão social também engloba formas de resistência e de experimentações locais de práticas, conhecimentos e valores contra-hegemônicos.

No início de um novo milênio, mais de um bilhão de pessoas ainda lutam para sobreviver diariamente com menos de um dólar, contingente que tende a crescer. Mais de 30.000 crianças morrem por dia devido à fome e doenças evitáveis. A pobreza, maior causadora de mortes e degradação das condições de vida das populações, é um problema que passa a se inscrever na esfera dos direitos humanos: direito elementar de subsistência e vida em condições dignas.

É inegável o crescimento da mobilização em torno de formas para superação da pobreza nas últimas décadas. As políticas, programas e práticas sociais contam hoje, além do Estado, com o envolvimento e o protagonismo de outros atores sociais, tais como: organizações não governamentais (atuantes na esfera local e global), empresas e a sociedade civil em geral. Em nível global, os países centrais ampliaram as ajudas humanitárias e as doações aos países periféricos. No Brasil, as políticas sociais aumentaram sua cobertura e inovaram através de programas de transferência de renda a expressivas parcelas da população, com critérios de territorialidade (atendimentos diretos à família em visitas domiciliares e trabalho com organizações locais nas comunidades) e com finalidade emancipatória.

O Estado brasileiro tem atribuído finalidade emancipatória às políticas sociais, o que significa que devem instaurar condição de autonomia da população beneficiária após o término dos programas. Os esforços do Estado para a superação da pobreza têm gerado melhorias substanciais nos indicadores sociais através do aumento da capacidade de consumo e acesso a

serviços básicos. Porém, tal melhoria é insuficiente. Cabe indagar: seria possível superar a pobreza de forma emancipatória? Que condições são necessárias para tal objetivo? Na busca de respostas a essas questões, duas temáticas serão abordadas neste artigo.

Em primeiro lugar, será apresentada uma reflexão acerca dos conceitos de pobreza e de desenvolvimento que estão na origem da instauração das ações e programas sociais, sendo imprescindível o questionamento acerca do predomínio e dos limites da concepção economicista nos últimos séculos. A análise crítica acerca da pobreza - assim como das formas de combatê-la - exige o desvendamento de sua gênese estrutural, a qual se encontra profundamente ligada à questão social em sua trajetória histórica. Também serão analisados os desafios para a implementação de políticas emancipatórias de superação da pobreza no atual formato institucional da política pública brasileira.

Em segundo lugar, serão explicitados fundamentos e procedimentos considerados compatíveis com a superação emancipatória da pobreza através da apresentação e análise do PIRAD desenvolvido pela METROPLAN no Estado do RS, cuja metodologia é considerada inovadora devido à possibilidade de integração de políticas e ampliação da participação cidadã na política pública. A pesquisa foi realizada através de análise documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas com técnicos e beneficiários, bem como estudo de caso numa das comunidades envolvidas. Além disso, será apresentado um exemplo de avaliação qualitativa que permitiu identificar resultados alcançados pelo PIRAD nas múltiplas dimensões que caracterizam a sustentabilidade e competências desenvolvidas pela população envolvida.

2 POBREZA: GÊNESE, CONCEPÇÕES E DESAFIOS PARA SUA SUPERAÇÃO

Ao longo da história, diferentes conceitos, sentidos e significados têm sido atribuídos à pobreza, aos quais correspondem determinadas formas de

intervenção social. Durante séculos predominaram concepções individualizantes e patologizantes, que consideravam a pobreza como problema ligado ao caráter e às idiossincrasias dos sujeitos. Posteriormente, a teoria crítica possibilitou o desvendamento do caráter estrutural da pobreza, salientando sua gênese econômica ligada à forma como os sujeitos estão inseridos na esfera produtiva em sua condição de classe social. Contudo, tanto em perspectivas teóricas críticas tradicionais quanto conservadoras ou liberais, a pobreza foi concebida predominantemente como insuficiência de renda e carência de recursos materiais necessários à vida (CATTANI e FERRARINI, 2010).

É marcante a pobreza de grande parte dos estudos de pobreza, servindo muito mais para fins de escamoteamento, a começar pelas linhas de pobreza, tendencialmente voltadas para diminuir o número de pobres. [...] A prática nacional de considerar pobreza como simples carência material orienta-se pela ideologia de evitar tal confronto, sugerindo que se trata de percalço fortuito, herança maldita, história sem sujeito (DEMO, 2003, p.373).

Em termos metodológicos, Comim e Bagolin (2002) referem que os pesquisadores tendem a fixar-se em aspectos materiais pela razão óbvia de que dados empíricos e quantificáveis de renda são mais fáceis de lidar. Outra razão está relacionada à própria natureza do capitalismo; pela primeira vez na história, a dimensão econômica mostra-se central para a caracterização e a dinâmica da constituição societária.

As medidas de pobreza comumente utilizadas no Brasil podem ser facilmente criticadas, em primeiro lugar, por concentrarem-se exclusivamente na incidência, ignorando a sua intensidade e a forma como a pobreza se distribui entre os pobres; em segundo lugar, por serem medidas de pobreza monetária, ignorando o fato de que a pobreza é multidimensional. Não existe uma correlação perfeita entre pobreza monetária e outras dimensões da pobreza. Isto significa que a pobreza pode ser mais intensa do que a sugerida apenas pela insuficiência de renda. Para que esta relação seja totalmente estabelecida é necessária a investigação de impactos distributivos de variáveis constitutivas, de valor intrínseco às pessoas em contextos específicos, tais como saúde, educação e etc. (COMIM e BAGOLIN, 2002).

O questionamento do caráter economicista do conceito historicamente instituído de pobreza e da sua mensuração exclusivamente a partir de critérios

de renda, não permitem pensá-la como processo multidimensional, tampouco subsidiar políticas sociais mais amplas, cujos indicadores de medição são o acesso e o grau de escolaridade, mortalidade infantil, saneamento básico, segurança, trabalho, moradia, entre outros. As últimas décadas foram marcadas pela evidência dos limites do economicismo reinante, caracterizada pelo alijamento de dois aspectos fundamentais da pobreza: (i) gênese estrutural; (ii) caráter multidimensional ou interdimensional.

O reconhecimento da **gênese estrutural da pobreza** tem como referência a noção de desenvolvimento construída nos últimos séculos. A pobreza encontra-se profundamente ligada à questão social em seu percurso histórico, a qual se refere ao lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. Mais que pano de fundo, a questão social, definida como a desigualdade social em suas múltiplas manifestações (pobreza, violência, exclusão, etc.) e as formas particulares de resistência material e simbólica acionadas por indivíduos e grupos, é o próprio objeto de análise. A resposta à questão social será o conjunto dos dispositivos montados para promover a integração dos trabalhadores desempregados.

Estudos, pesquisas e intervenções sociais mostram que a transformação das condições materiais ou estruturais é necessária, mas insuficiente. Emerge a necessidade de ênfase na dimensão da subjetividade, do conhecimento e dos valores, tanto na produção das desigualdades quanto nas suas formas de emancipação, visto ter sido negligenciada nos projetos emancipatórios da modernidade que subjazem às políticas de desenvolvimento.

Essa dimensão é definida por Santos (2000) como dimensão epistemológica da questão social, expressa sob a forma de colonialismo. Em outras palavras, para o autor, a questão social tem dupla face: dimensão societária ou capitalismo (caracterizada pela relação entre capital e trabalho) e dimensão epistemológica ou colonialismo (caracterizada pela relação entre Norte e Sul - como categorias sociológicas e não geográficas).

É comum ter-se a impressão de que o capitalismo está próximo da vida dos sujeitos através das atividades cotidianas de produção, trabalho e consumo e que o colonialismo é um processo histórico finalizado com a emancipação política das colônias. No entanto, o colonialismo também está presente na sociedade contemporânea; a supressão de saberes e de

epistemologias dos povos do Sul em nome da ciência como único saber válido e dos valores da sociedade ocidental criaram conceitos e referências universais do que é bom ou ruim, do que é ser desenvolvido ou atrasado e do que é ser pobre ou rico. Tais referências tendem a ser aceitas com naturalidade, pois não há questionamento sobre elas.

A dimensão epistemológica da questão social está presente também no ideário e nas práticas voltadas para a emancipação social, e até mesmo nas políticas e programas sociais. Percebemos que a relação entre o saber científico de técnicos (gestores de políticas) e o saber popular tende muitas vezes a reproduzir a relação Norte/Sul em escala menor, configurando formas neocolonialistas de interação. Isso se evidencia através de estruturas organizacionais hierarquizadas, planejamentos “de cima para baixo” e da constituição de relações de poder em âmbito interpessoal e local.

A questão social, compreendida no quadro do capitalismo e do colonialismo, pauta-se na concepção hegemônica de desenvolvimento e riqueza como crescimento econômico ilimitado e como expansionismo produtivista indiscriminado. Nesse modelo de sociedade imposto pelo Norte, a realização do ser humano, ou um correlato liberal à ideia crítica de emancipação, passa a ser o acesso ao consumo. A crítica epistemológica permite questionar a ideia dogmatizada de que o crescimento industrial, por muito tempo visto como saída milagrosa para a superação da pobreza, seja um fim em si mesmo, passando a constituir-se em um meio para as pessoas ampliarem suas liberdades e sua qualidade de vida (SEN, 2000).

Quanto à **multi ou interdimensionalidade da pobreza**, a realidade empírica torna patente, não apenas a existência de múltiplas dimensões (econômicas, sociais, políticas e culturais) sobrepostas, o que será definido como multidimensionalidade, mas a indissociabilidade e interação retroativa entre elas, o que justifica a adoção do termo interdisciplinaridade neste texto. Desemprego, baixa escolaridade, desnutrição, falta de saneamento básico, violência, violência sexual, dependência química, gravidez na adolescência, doenças crônicas, sofrimento psíquico, dentre tantas outras expressões da questão social, estão mutuamente relacionadas uma às outras, retroalimentando-se e potencializando suas causas e efeitos.

Inicialmente, a ampliação de debates nos diferentes campos do saber em torno das ideias de carência, escassez ou impotência, bem como o aumento da complexidade das sociedades contemporâneas, levam à criação de um conjunto de conceitos e noções capazes de expressar a diversidade de fenômenos sociais que às vezes são equivalentes, às vezes paralelos e outras vezes distantes do significado da pobreza.

O conceito de **pobreza**, tal como mostraram muitos historiadores e, mais recentemente, Gieremek (1995), Sassier (1990) e Castel (1998), tem um longo itinerário que provém da Idade Média e se refere à privação, carência de recursos, piedade e condição de inferioridade. No século XIX, a interpretação do pauperismo era resultante do produto das relações que os homens e as mulheres estabelecem para sobreviver. Isso levava, por um lado, a definir valores mínimos alimentícios, expressos em termos biológicos e fisiológicos (BOOTH, 1892; ROWNTREE, 1901; STITT e GRANT, 1993) e, por outro lado, a destacar o caráter desigual da propriedade dos meios de produção e distribuição das riquezas produzidas.

“Marginal” e “nova pobreza” são termos muito utilizados no contexto europeu. Para Castel (1996), os marginais seriam os que estão afastados do centro, mas estão dentro da página da história, uma margem geográfica e incômoda que podia identificar os que partiam das cidades para viver em comunidades, os estudantes revoltosos, o número crescente de insubmissos, os que não se conformam com os valores e costumes dominantes e que, por vezes, procuram formas mais ou menos alternativas de reivindicação (ESTIVIL, 2003).

Na América Latina, o termo “marginal” é utilizado:

[...] para designar os habitantes das favelas, das colônias e dos pequenos ranchos, resultantes das migrações massivas (Stavenhagen, R., 1970) em direção às grandes cidades. Mas de forma diferente do que acontece na Europa, estes marginalizados não escolhem a sua marginalização, não são marginais, dado que constituem uma maioria crescente da população, nem participaram na economia central e formal, nem sequer existem muitas esperanças relativamente à sua possível inserção a curto prazo nas pautas culturais sociais e económicas dominantes. São uma consequência da crescente dependência interna e externa e aumentam o sector informal (ESTIVIL, 2003, p. 11).

A chamada **nova pobreza** refere-se aos trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações

tecnológicas. Para os países desenvolvidos, está mais relacionada com a exclusão institucional e social; para os países em transição, está mais ligada às condições materiais (pobreza extrema) e à falta de garantias políticas. Não se trata de indivíduos inconformistas como no caso anterior; ou inaptos para o trabalho e sem relações sociais; são pessoas com dificuldades relacionadas ao emprego e aos seus rendimentos. O conceito de “nova pobreza” foi submetido a duras críticas por parte dos que lhe atribuíam uma utilização política, como desvio em relação à pobreza estrutural e permanente, disfarce de origem mais ou menos neoliberal, com tendência de regresso às práticas de assistência social de tipo individual.

O termo “exclusão social” é atual e seu uso é crescente. Os caminhos da exclusão social são mais fluidos, complexos e, por vezes, menos aparentes, tanto na estigmatização (GOFFMAN, 1975), como na interação entre a sociedade e os grupos excluídos. A exclusão social surge da criação de espaços fechados e estatutos especiais, mais ou menos distantes e desligados da comunidade, sempre inferiores e concedidos a determinados grupos; tem uma carga subjetiva, porém apoiada em ações materiais. Na exclusão social, existem rupturas dos laços simbólicos e potenciais conflitos nos respectivos esquemas de representação social. Os processos de exclusão social agravam-se com o aumento do individualismo e da individualização que leva ao desmembramento de redes sociais e à fragmentação da sociedade e com a multiplicidade e heterogeneidade dos valores dominantes na sociedade (MINGIONE, 1993). A exclusão social manifesta-se à escala individual (nas relações entre os indivíduos), meso (dos indivíduos com os grupos e instituições intermédias) e macro (destes com o conjunto da sociedade), não podendo ser separada da exclusão política e econômica. Aliás, é frequente que tais formas de exclusão se acumulem, se complementem ou ocorram de forma paralela. Salienta-se, ainda, que em muitos casos a noção de pobreza como processo multidimensional confunde-se com a de exclusão (ESTIVIL, 2003).

A pobreza costuma estar estritamente vinculada a processos de exclusão, porém, a exclusão social nem sempre se vincula à pobreza. Neste estudo, será utilizado o termo pobreza porque se pretende focar a situação vivida ou a qualidade daquele que se encontra despossuído de recursos suficientes para viver dignamente ou suprir suas necessidades básicas e que é

destituído dos bens simbólicos de riqueza na sociedade. Além disso, as políticas, objeto desse estudo, se valem do termo e conceito da pobreza, sendo pertinente aprofundar a compreensão de sua existência nas múltiplas dimensões em que se expressa na sociedade, conforme indica o quadro a seguir.

DIMENSÕES DA POBREZA	
ECONÔMICA	Precariedade e falta de acesso a meios de subsistência (trabalho e renda).
SOCIAL	Falta de acesso às políticas e serviços; Fragilização de laços sociais e de pertencimento.
POLÍTICA	Desconhecimento dos direitos; Limitação de exercício do poder; Falta de articulação / mobilização de forças populares; Tutela / dependência do Estado; <i>Déficit</i> de participação cidadã.
CULTURAL	Desconhecimento de suas origens e história; Desvalorização de culturas locais; Fragilização ou perda de identidade cultural; Imposição de uma cultura de massa.

Tabela 1: elaborada pela autora.

Se as expressões da pobreza são interdimensionais, as alternativas para sua superação efetiva e sustentável também precisam sê-lo. Por exemplo, pouco adianta apoiar uma mulher vítima de violência doméstica na busca por seus direitos se ela depende do agressor para a subsistência, ou tentar vinculá-la a iniciativas de trabalho e renda com vistas a sua autonomia econômica se as condições de opressão não lhe permitem. A inclusão das dimensões subjetivas, materiais e culturais da pobreza como interdependentes deixa clara a necessidade da ação de várias políticas e programas setoriais.

A abordagem das capacitações define a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades bem como de fazerem respeitar seus direitos, analisando as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos. É importante focalizar não somente os direitos sociais, bem como os direitos civis e políticos (SEN, 1988 apud LOPES, MACEDO e MACHADO, 2004, p. 5).

Na atualidade, as políticas públicas setoriais trazem essa visão integrada, abrangente e contextual nos seus fundamentos e na formulação,

sendo comum, por exemplo, noções como: saúde integral, educação inclusiva, assistência social emancipatória e desenvolvimento sustentável. Contudo, constata-se que os avanços nas proposições e formulações das políticas e programas, na prática, não conseguem promover maior integração nas ações e efetividade dos resultados em âmbito local frente às reais e complexas demandas das comunidades.

Em termos operacionais, a articulação entre as ações e programas mostra-se desafiadora e complexa devido, em primeiro lugar, ao predomínio de uma visão fragmentada e especializada de técnicos e gestores, herança da formação cartesiano-positivista impregnada na formação acadêmica e nas estruturas organizacionais. Em segundo lugar, existe a alocação de recursos materiais, financeiros e humanos dentro de um ministério ou secretaria, com critérios próprios de inserção da população nos programas, indicadores setoriais de avaliação dos resultados, prazos e segmentos populacionais prioritários específicos de cada política. As políticas não apenas não se articulam como competem entre si.

Por exemplo, a política de assistência social prevê a construção de alternativas de autossustentação econômica para as famílias prescindirem do recurso assistencial, mas os programas de geração de trabalho e renda têm dificuldade na obtenção de êxito significativo com grupos com baixa escolaridade, que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social e com pouco exercício de autonomia.

A economia solidária, por seus princípios de valorização da dimensão humana e do meio ambiente, assim como pela preconização de formas solidárias e coletivas de produção, diferencia-se da lógica produtivista e competitiva que exige determinadas condições para o trabalho e pode constituir-se numa possibilidade de inclusão econômica para grupos populares. Na prática, porém, os empreendimentos de economia solidária precisam disputar os mesmos espaços no mercado o que, aliado ao componente da autogestão, requerem competências que podem ser consideradas complexas.

É possível perceber também que, mesmo quando as políticas são articuladas de forma satisfatória em ações pontuais, tal articulação não é suficiente, quando comparada aos requisitos postos para a superação emancipatória da pobreza. É preciso ir além das políticas e programas; é

necessário superar a lógica da inclusão de indivíduos ou grupos e voltar-se para processos mais amplos de desenvolvimento.

Concebida dessa forma, a superação da pobreza passa a demandar ações com duas características fundamentais: primeiro, que atue em várias áreas e, segundo, que seus resultados não sejam paliativos e imediatos, que ultrapassem o âmbito da reação e sejam pró-ativos. Em última instância, não se trataria de combate à pobreza, mas de um projeto diferenciado de desenvolvimento, voltado para uma sociedade com justiça, solidariedade e autonomia. Portanto, não basta falar em mudança de conceito, da representação ou da imagem da pobreza sem referir-se a mudanças práticas. A perspectiva do desenvolvimento local integrado e sustentável mostra-se como uma possibilidade para o atendimento desses critérios e finalidades.

3 PROGRAMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS: DO MEIO AMBIENTE À QUESTÃO SOCIAL

No Brasil, o início das reformas na política pública ocorreu a partir da Constituição Federal de 1988, marco histórico no sentido de ampliação e democratização das políticas sociais. A partir desse período, o Governo Federal brasileiro e o da Alemanha acordaram uma nova estratégia de cooperação. A delegação alemã sugeriu a elaboração de projetos focados no apoio a quatro áreas consideradas estratégicas: desenvolvimento rural, fortalecimento das administrações municipais, proteção ao meio ambiente e qualificação profissional, considerando as diretrizes do 1º. Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND-NR).

Como fruto dessa cooperação, o PRORENDA² foi delineado e apresentado em 1987, cuja execução durou até 2005 e que produziu resultados notáveis, com dez projetos executados simultaneamente em sete estados. O marco de orientação previa um conjunto de ações descentralizadas

² Além do PRORENDA, dois outros programas foram considerados prioritários: Programa de Apoio à Pequena e Média Indústria (em especial no Nordeste) e Programa de Gestão Ambiental Urbana e Industrial.

e, mesmo se tratando de um programa de âmbito nacional, seria operacionalizado através de projetos com abrangência estadual, sob responsabilidade dos respectivos governos estaduais. Foi definido também que os projetos teriam longa duração para visualizar o alcance dos objetivos e permitir a sustentabilidade dos resultados através da institucionalização dos novos procedimentos, possibilitando a superação da limitação estrutural do setor público de atuar no tempo político de quatro anos. O PRORENDA possuía grau elevado de flexibilidade, mas a concepção metodológica fixava claramente dois eixos norteadores dos futuros projetos, que ainda não caracterizavam as políticas públicas na época: a participação popular e a complementaridade do enfoque produtivo (BARTH e BROSE, 2002).

No Rio Grande do Sul, três projetos setoriais foram iniciados em 1990, no âmbito do PRORENDA, destinados ao desenvolvimento de políticas públicas focadas à superação da pobreza e adequadas à realidade gaúcha. Tais projetos partiram dos conceitos de participação e de desenvolvimento local como pressupostos para que as políticas atingissem desenvolvimento humano de forma descentralizada, permitindo maior controle social e focadas no território de abrangência do programa.

O PIRAD surgiu a partir da experiência do PRORENDA Urbano, em que se sentiu necessidade de se trabalhar outros aspectos, como a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico local e se vale do debate e de experiências acumuladas ao longo de mais de dez anos na perspectiva de aperfeiçoamento (gestor 6).

O PIRAD, em sua primeira fase (período de abrangência desta pesquisa) teve duração de 1999 a 2002³. Ele apresentava duas características consideradas marcantes: a priorização da participação da população em todas as etapas do Programa e a inserção da dimensão econômica capaz de dar sustentabilidade às ações fomentadas. O uso de metodologias participativas geralmente produz grandes alterações nas organizações. Segundo relato de um dos funcionários da METROPLAN, executor do PIRAD, o Programa sofreu resistência interna por parte de técnicos porque aquela Fundação atuava na área de planejamento e já tinha um perfil de trabalho neste campo. A contratação de profissional para elaborar um diagnóstico é muito mais fácil, rápida e geralmente menos onerosa, porém, ninguém tira o saber que a

³ O PIRAD foi retomado em 2011, estando ainda em fase de definições e implantação.

população adquire a partir do momento em que ela se reúne para identificar, analisar e compreender suas próprias demandas.

Apesar de haver recursos e intenção dos agentes em desenvolver o trabalho, as comunidades aderiam de forma voluntária. O começo do trabalho pelas lideranças permite aproveitar a riqueza social existente na comunidade; trata-se de considerar a história e fortalecer o que já existe. O risco, porém, é a restrição da participação de grupos excluídos, tanto pelas relações de poder das lideranças que tendem a centralizar tarefas, saberes e recursos e acabam configurando uma elite dentro da comunidade, quanto pela apatia e descrença da população em geral.

De acordo com dados obtidos nas entrevistas com agentes executores do PIRAD, os moradores tinham **tripla jornada**: a **primeira** era a da formação de lideranças. A seleção das pessoas era feita através do Núcleo Comunitário de Desenvolvimento que se reunia de maneira informal para, posteriormente, assumir identidade jurídica própria e maior autonomia de ação no programa. Os cursos de capacitação eram previstos em três módulos: o primeiro era sobre a função e o comportamento de lideranças (refletir seu papel na comunidade); o segundo visava capacitar as lideranças para o aprofundamento do trabalho participativo em grupo e o terceiro voltava-se ao desenvolvimento local de alguma atividade econômica. Para tanto, iniciou-se nas áreas-piloto: em Canoas (Bairro Guajuviras) e em Alvorada.

A **segunda jornada** era a da formalização do Núcleo, em que participavam lideranças e membros da Igreja, associações comunitárias e até do clube de futebol. Nessa etapa era feito o diagnóstico das comunidades através do instrumento de Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo (DRUEP). O diagnóstico foi sofrendo adaptações desde o PRORENDA, tanto na metodologia em si quanto na forma de aplicação. Inicialmente, os técnicos instrumentalizaram a população para que ela fizesse seu próprio diagnóstico através de metodologias de diagnósticos rápidos urbanos participativos⁴.

O DRUEP era composto por várias técnicas. Uma delas era o “mapa falante”, um conjunto de fotografias de áreas degradadas do bairro e de

⁴ Foram sendo experimentadas e melhoradas ao longo dos anos, tendo sido utilizadas como DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), DRUP (Diagnóstico Rápido Urbano Participativo) e finalmente DRUEP (Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo).

situações consideradas problemáticas, as quais necessitavam de intervenção. Outra técnica consistia em entrevistas com uma amostra de moradores através de visitas domiciliares a partir de pré-roteiro com perguntas abertas e fechadas. Após o trabalho de campo, as pessoas voltavam para o “QG”, conforme designado (em alusão a “quartel general”), elaboravam o diagnóstico preliminar em parceria com os técnicos e já davam o primeiro retorno para os moradores entrevistados, que haviam sido comunicados e convidados a participar. Essa era uma estratégia que tinha por objetivo evitar que instituições utilizassem a comunidade como objeto de conhecimento, sem que ela se percebesse como sujeito desse saber.

Após o diagnóstico, as prioridades eram definidas e sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o qual apontava as melhorias físicas e sociais necessárias e as encaminhava para as respectivas secretarias e órgãos de execução. Representantes de entidades executoras, já articulados com o PIRAD, viam a possibilidade de priorizar as necessidades do PDLI dentro dos recursos disponíveis, definiam o que podia ser feito e davam resposta rápida à comunidade.

A **terceira jornada** era a da organização comunitária para a busca de recursos no Orçamento Participativo com vistas à ampliação das melhorias feitas, ao atendimento de demandas que não puderam ser executadas ou à viabilização de propostas inovadoras, sendo a disputa por projeto a maior dificuldade.

No Bairro Guajuviras, comunidade situada em região periférica do município de Canoas (RS) com população aproximada de 70.000 habitantes, segundo relato de lideranças, a associação de moradores teve um papel fundamental no trabalho da METROPLAN. No início, as lideranças encarregaram-se de buscar pessoas interessadas em participação da capacitação, vivenciando limites e conquistas ao longo desse processo.

Eu não sei se é o capitalismo que tá na cabeça das pessoas. A gente vai convidar, a primeira coisa que perguntam é: Ganha alguma coisa? Tem que não pensar neste lado, tem que se doar. Mesmo que tenha dificuldade e necessidade, um dia chega (liderança comunitária 1).

O DRUEP foi executado por um grupo de dezoito pessoas e foi feito o diagnóstico de todo o Bairro Guajuviras, das áreas degradadas e das áreas ocupadas:

Iniciamos em 99 o curso de agentes comunitários pela GTZ e METROPLAN, onde a gente fez o diagnóstico das várias áreas: social, econômica e ambiental [...], trabalhar os três eixos e fazer com que realmente tivesse uma política de conscientização para o meio ambiente, uma política de conscientização para o trabalho e renda, um atendimento para zonas mais carentes e que a gente pudesse fazer um diagnóstico e ver qual era a situação atual do nosso bairro principalmente (liderança comunitária 3).

O grupo se dividiu em duplas que foram às moradias selecionadas. A primeira técnica consistia em fotografar os problemas identificados e fazer entrevistas com os moradores. As lideranças aplicaram vinte questionários e analisaram os dados com assessoria dos técnicos; posteriormente elas relataram a importância do trabalho realizado para o desenvolvimento de uma visão de totalidade e senso de responsabilidade coletiva. Segundo relato de uma das lideranças, quando viu as condições de vida de alguns moradores (em casebres improvisados, sem saneamento básico e com carências de toda ordem) passou a entender melhor e a se solidarizar com a aplicação de recursos em regiões do Bairro distantes da sua própria moradia.

Outra análise interessante feita pelos moradores é que eles se sentiram cumprindo um papel importante na execução de uma etapa do Programa e aprenderam coisas novas, o que ocorreu sem custo para o Estado. Obviamente, houve investimento na capacitação mas, uma vez capacitada, a população envolvida passou a ter competência para a execução compartilhada de ações e, mais do que isso, desenvolveu a capacidade de compreender de forma mais crítica e analítica a realidade social em que vive.

A geração de trabalho e renda foi o tema que mais mobilizou o interesse do grupo. A participação da população em contexto de baixa renda dificilmente pode ser desvinculada das alternativas de trabalho e renda. A luta pela sobrevivência é premente e diária. Outro elemento importante, já demonstrado em experiências como essa, é que, em processos de participação direta, as pessoas tendem a desanimar se não vislumbram algum resultado imediato. Isso mostra a necessidade de articular objetivos com diferentes prazos e graus de complexidade, capazes de dar conta, tanto das expectativas da política pública participativa, quanto das demandas e das características culturais da população (que tem um tempo social articulado ao imediatismo da subsistência).

A partir daí, os gestores buscaram capacitações para a população na área de economia solidária, pois o PIRAD convergia com a implantação da primeira política pública de economia solidária no Brasil, implementada pela Secretaria do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul (SEDAI). Além disso, a incorporação das dimensões sociais e ambientais no processo de gestão e de produção nas múltiplas experiências que compõem no campo da economia solidária vem ao encontro dos princípios e dos objetivos do PIRAD.

Na maioria das comunidades a maior demanda foi pela economia solidária. No Bairro Guajuviras, em especial, foi promovido um conjunto de iniciativas de desenvolvimento econômico local, tal como: a criação de grupos de trabalho, cooperativas e associações, a implantação do primeiro clube de trocas solidárias com moeda social do RS, construção de galpão de reciclagem e participação no Orçamento Participativo Estadual e em conselhos de políticas públicas. O Galpão permanece ativo e amplia permanentemente seus objetivos e os impactos da vida dos trabalhadores e da comunidade.

Os objetivos [...] são integração da comunidade, agregar valor aos materiais, resíduos sólidos. Já temos trabalho na parte social que possa conscientizar a população do meio ambiente, despertar o jovem para o mercado de trabalho, já mudou um pouco [...] e a visão também de todos que fazem parte da comunidade e também a gente vê que os grupos de geração de trabalho e renda foram discutindo dentro dessa metodologia que foi aplicada que eles podiam ser autogestionários, que podiam ser autônomos, ter uma casa que pudessem comercializar o produto, fabricar seu produto. Dali surgiram várias idéias que a gente pode aproveitar, com o auxílio da METROPLAN, da GTZ, a gente teve condições de fazer despertar essas idéias novas na comunidade (liderança comunitária 3).

A formação de agentes de desenvolvimento foi outro processo fundamental e tinha o objetivo de transformar agentes comunitários em técnicos multiplicadores. Os critérios da GTZ para contratação dos agentes era a vinculação com o PIRAD e o fato de serem moradores da comunidade. As lideranças continuaram se fortalecendo e crescendo, constituíram parcerias com universidades, captaram novos recursos e inauguraram um espaço coletivo para o grupo de produção e atividades comunitárias, no final de 2006.

Outro instrumento participativo fundamental eram os fóruns regionais, instância de articulação do PIRAD com organizações públicas, privadas e sociedade civil, de acordo com a realidade de cada região e município. O

Fórum Regional da Sub-bacia do Arroio Sapucaia será destacado por ser ainda atuante e por ser o fórum ao qual o Bairro Guajuviras estava ligado.

O Fórum era uma instância co-gestora do PIRAD, com os seguintes objetivos: elaborar o regimento interno e o plano estratégico de desenvolvimento regional; manter o processo de planejamento regional articulado ao plano de Bacia; mobilizar a comunidade em projetos de interesse regional; viabilizar política, técnica e financeiramente a implementação dos projetos, obras e serviços; orientar e acompanhar sistematicamente a elaboração dos planos de desenvolvimento local, compatibilizar os planos de desenvolvimento local com o plano regional; colaborar na busca de fontes alternativas de recursos para os investimentos necessários, eleger prioridades regionais, formular diretrizes para o desenvolvimento regional e garantir a continuidade das ações decorrentes dos planos.

Com o intuito de promover e garantir a representatividade dos agentes regionais, o Fórum propôs a composição de representantes de organismos federais, municipais, iniciativa privada, organizações não-governamentais, universidades e comunidade. As instâncias de participação eram as seguintes: a plenária com a função de deliberar sobre as propostas regionais, aprovação do regimento interno e definição da composição da secretaria executiva e das comissões temáticas; a secretaria executiva com funções executivas (apoio administrativo e monitoramento do processo) e as comissões temáticas com funções de assessoramento técnico, das quais poderiam participar especialistas ou entidades como consultores.

O referido Fórum foi criado 2001 e ainda mantém sua atuação através de reuniões mensais na Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) - PETROBRÁS, que permaneceu como parceira da METROPLAN nessa região. Apesar de ações que exigem corresponsabilidade serem desafiadoras, o Fórum permanece realizando um papel importante de articulação política e de execução de melhorias.

Já passei por momentos de grande desânimo por planejar e chegar ao final do ano e só ter realizado três das dezessete atividades. Hoje, estou menos exigente e vendo resultados não apenas pelo número de projetos, mas pelo aumento do intercâmbio entre as pessoas, entidades e amplitude das atividades (gestor 1).

Dáí porque a necessidade de avaliar dimensões qualitativas e aquisições também imateriais.

Muitas vezes as pessoas olham e dizem: tu fizeste só isso? Porque na apresentação dos resultados só aparece a lista de obras. [...] Mas hoje não invisto mais em chamar as pessoas: ou a entidade está disposta, ou as coisas não funcionam por obrigação. Não forço a barra pelo número de entidades, projeto as verbas de acordo com os projetos que apresentam capacidade de mobilização [...] Tenho consciência de que estou fazendo a minha parte, não é o assistencialismo, não é assim que funciona, nem se quiséssemos que fosse (entrevistado 11).

A superação da pobreza, entendida como desenvolvimento integrado e sustentável, se refere à ativação de diferentes recursos e dimensões do desenvolvimento, os quais correspondem às distintas dimensões de riqueza ou de sustentabilidade de uma sociedade. Na prática, trata-se de não considerar apenas o aumento de renda, mas o acesso a equipamentos básicos de educação, saúde, lazer e qualidade de vida e o desenvolvimento de competências.

Reconhece-se a existência de dificuldades de “mensuração” de riquezas (denominadas de sustentabilidade neste estudo) e de competências desenvolvidas pela população envolvida, a partir de indicadores multidimensionais. O quadro que segue expressa uma experiência de mensuração qualitativa dos resultados percebidos na pesquisa empírica, mas que costumavam não aparecer em relatórios de política pública. Os conceitos das dimensões da sustentabilidade foram sintetizados a partir de contribuições de Neto e Froes (2002), Sen (2000), Bezerra e Burrsztyń (2000) e Veiga (2006).

Com relação aos indicadores foi feita a distinção de dois tipos de indicadores de avaliação de políticas e programas sociais, com base em Armani (2000): os operacionais (referentes às atividades) e os de efetividade (relativos aos objetivos do projeto).

Quanto à competência, Rios (2003) a define como a capacidade que as pessoas desenvolvem de articular os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores. O desenvolvimento da competência implica na operacionalização do tripé “conhecimentos, habilidades e atitudes” – cuja sigla é “CHA” – e busca garantir a articulação entre a dimensão técnica, ética e política de processos socioeducativos. O conhecimento é o resultado do

processamento cognitivo de informações apreendidas em nossa interação com o mundo. A habilidade é colocar o conhecimento em ação, é a capacidade de aplicar o conhecimento na ação de forma intencional e sistemática. A prática das habilidades consolida as competências. A atitude está relacionada àquilo que é desejável, que está estabelecido como um valor em relação à atuação; não tem apenas um caráter moral, mas uma reflexão crítica sobre a moral, que é a ética. (RIOS, 2003). Trazida para este estudo, a noção de competência visa identificar e valorizar as aquisições ou empoderamento da população, conforme demonstra o quadro abaixo.

Dimensões de Sustentabilidade	Conceitos	Indicadores
Econômica	Controle e gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho (acesso a crédito, acesso ao mercado, direito ao trabalho, constituição de empresas ou cooperativas).	<p>Operacionais: -criação do clube de trocas solidárias, cooperativas e rede de empreendimentos.</p> <p>De efetividade: -produção e oferta de produtos e serviço de forma individual ou coletiva; -comercialização nas feiras dentro e fora da comunidade; -emissão e gestão da moeda social; -satisfação de necessidades de subsistência dos indivíduos e suas famílias; -incentivo ao desenvolvimento econômico local; -aumento da qualidade e diversificação dos produtos e serviços oferecidos e consumidos na comunidade; -fortalecimento das cooperativas da comunidade; -fomento à criação de novos grupos de produção.</p> <p>CHA: Conhecimento: economia solidária, gestão e empreendedorismo associativo. Habilidade: Capacidade gestora, empreendedorismo econômico e</p>

		processos de produção de bens e serviços; Atitude: cooperação, inovação e pró-atividade.
Social	União das pessoas e da comunidade sob a forma de redes e teias cooperativadas de trocas de bens, serviços, idéias, favores, gestos de desprendimento e de partilha.	<p>Operacionais: -participação nas diversas atividades locais: DRUEP, reuniões e capacitações.</p> <p>De efetividade: -fortalecimento dos laços sociais entre os integrantes pela convivência no grupo; -exercício de convívio e respeito às diferenças; -aproximação entre produtores e consumidores; -ampliação de rede de relacionamentos através do ingresso de pessoas nas capacitações; -exercício de processos de mútua ajuda e troca de favores, como: ensinar receitas e cuidar das crianças; -identificação das necessidades de toda comunidade; -necessidade de convivência e de ajuda mútua para levar adiante o processo coletivo de constituição do clube e realização das feiras. -exercício de relações solidárias através da aprendizagem de trocas que não visam o lucro.</p> <p>CHA: Conhecimento: redes e liderança; Habilidade: gestão participativa e democrática; Atitude: cooperação, tolerância e empreendedorismo.</p>
Política	Organização coletiva melhor em busca garantia de direitos e de oportunidades.	<p>Operacionais: -participação no OP, Fórum Metropolitano da Sub-bacia do Arroio Sapucaia, conselhos de direitos, movimentos da economia solidária e ambiental.</p> <p>De efetividade: -exercício de liderança democrática; -enfrentamento de disputas políticas</p>

		<p>internas;</p> <ul style="list-style-type: none"> -exercício de resolução alternativa de conflitos; -ampliação da capacidade de pressão política frente ao poder municipal e outras organizações; -aumento da conscientização de direitos. <p>CHA:</p> <p>Conhecimento: democracia, redes e política;</p> <p>Habilidade: capacidade de organização e mobilização coletiva;</p> <p>Atitude: solidariedade, inovação e liderança.</p>
Humana	<p>Acesso à escolaridade formal, cursos, experiência profissional, saúde física e mental, auto-estima, exercício de habilidades e talentos.</p>	<p>Operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -participação em cursos de formação de lideranças, de economia solidária, multiplicadores do DRUEP. <p>De efetividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> -retorno à escolarização; -exercício de superação da cultura do empregado para a de autonomia e autogestão; -aumento da autoestima; -aprendizagem de correr riscos e inovar; -desenvolvimento das habilidades artísticas, -resgate da identidade (de “papeleiras ou lixeiras” para “trabalhadoras e recicladoras”) frente à comunidade; -busca de tratamentos à saúde; -aumento da preocupação com a memória e história: fotografam e filmam as ações e eventos. <p>CHA:</p> <p>Conhecimento: escolarização, história da comunidade e rede de serviços locais;</p> <p>Habilidade: auto-organização, auto-cuidado e capacidade criativa;</p> <p>Atitude: auto-confiança e pertença social.</p>

Tabela 2: elaborada pela autora.

É importante salientar que programas desenvolvidos de forma participativa e integrada possibilitam o exercício de um conjunto de ações e de

competências que vão além da demanda imediata, contribuindo para a construção de bases materiais e imateriais para a superação emancipatória e sustentável da pobreza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como se interpreta a realidade fundamenta, justifica e engendra a produção de determinadas práticas sociais e a formação de certos arranjos institucionais. O predomínio de concepções economicistas e de medidas monetárias de medição da pobreza redundaram historicamente em políticas assistencialistas de transferência de recursos materiais em programas centralizados, planejados verticalmente e operacionalizados de forma paternalista e clientelista. Medidas de crescimento econômico são necessárias, mas insuficientes.

A análise crítica acerca da pobreza - assim como das formas de combatê-la - exige o desvendamento de sua gênese estrutural no modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista que gera desigualdades na apropriação e distribuição de recursos. Não se trata apenas de recursos materiais, mas simbólicos, cuja desigualdade se expressa através da dizimação ou não reconhecimento de saberes, valores e práticas populares, permitindo a ampliação de diferentes dimensões que envolvem os processos de destituição.

A despeito de suas diferenciações, a proliferação de conceitos, tais como, marginalização, nova pobreza e exclusão social, contribuem para uma apreensão mais aprofundada acerca dessas dimensões. Contudo, a concepção interdimensional da pobreza dá conta neste estudo da amplitude de processos que caracterizam as vivências individuais e coletivas de segmentos populacionais sem acesso ao mínimo necessário à sua subsistência ou vida digna.

A visão ampliada da pobreza e seus indicadores requerem ações de enfrentamento que ultrapassem a meta de satisfação de necessidades materiais (sem deixar de atendê-las) e que sejam capazes de simultaneamente

instaurar condições para o empoderamento social, político e cultural da população envolvida. A pesquisa empírica no PIRAD demonstrou que o desenvolvimento local integrado e sustentável, através da participação popular e da complementaridade do enfoque produtivo às ações socioambientais, pode ser uma metodologia válida para o desafio de superação emancipatória da pobreza. Isso mostra-se ainda mais relevante nas últimas duas décadas no Brasil, em que se vive período de reordenamento político e administrativo do Estado e da política pública no sentido de universalização, democratização, territorialidade e intersetorialidade.

Cabe salientar que políticas e programas integrados não excluem as ações das políticas setoriais em suas especificidades, tampouco as ações focalizadas; ao contrário, valem-se dos vários recursos, porém geridos na lógica de sustentabilidade, a qual possibilita a participação ativa da população e criação ou fortalecimento dos recursos endógenos da comunidade.

Este estudo também apresentou um esforço de mensuração de impactos qualitativos do uso de metodologias participativas em importantes etapas da execução do Programa (planejamento, diagnóstico e gestão), relacionando atividades realizadas com objetivos atingidos no território e com competências desenvolvidas pela população envolvida. A análise dos resultados demonstrou que ações participativas e intersetoriais são capazes de gerar impactos interdimensionais e contribuir para o desenvolvimento social de comunidades pobres, levando à emancipação e sustentabilidade no combate à pobreza.

REFERÊNCIAS

- BOOTH, C. (ed.). **The life and labour of the people**. Londres: Williams & Norgate, 1889.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CATTANI, A. D.; FERRARINI, A. V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 164-172, jul./dez. 2010.
- COMIM, F. e BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 467-490, 2002.
- DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- ESTIVILL, J. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Genebra: *Bureau* Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.
- FERRARINI A. V. **Pobreza**: possibilidade de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- GIEREMEK, B. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1995.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- LOPES H. M.; MACEDO P. B. R.; MACHADO A. F. **Análise de Pobreza com Indicadores Multidimensionais**: Uma Aplicação para Brasil e Minas Gerais. In: XIV
- ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú: ABEP, 2004.
- MINGIONE, E. **Las sociedades fragmentadas**. Madrid: Ministerio de Trabajo, 1993.
- NETO, F. M.; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- RIOS, T. A. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROWNTREE, B.S. **Poverty: a study of town life**. Londres: Macmillan, 1901.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência.** Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume1, São Paulo: Cortez, 2000.

SASSIER, P. **Du bon usage des pauvres.** Paris: Fayard, 1990.

SEN, A. A sociological approach to the measurement of poverty: a reply to Professor Peter Townsend. Oxford, **Oxford Economic Papers**, vol. 37, nº 4, p. 669-676, 1985.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STITT, S.; GRANT, D. **Rowntree revisited.** Avebury: Aldershot, 1993.

STAVENHAGEN, R. **Marginalidad, participación y estructura agraria en América Latina.** Bulletin, Genebra, International Institute for Labour Studies, 139, nº 7, p. 57-92, 1970.

Artigo:

Recebido em: 15/10/2011

Aceito em: 16/12/2011